

AS “TRÊS GUERRAS”: ÊXITOS E FRACASSOS DA GUERRA ÀS DROGAS E O CASO MEXICANO

Danillo Avellar BRAGANÇA¹

■ **RESUMO:** A Guerra às Drogas, termo cunhado na década de 1970 para designar o esforço norte-americano de combate ao uso e venda de substâncias entorpecentes, completa quarenta anos. Neste espaço de tempo, a configuração que havia naquele contexto se modificou. Para se compreender os fracassos e os êxitos esforço foi delimitada a análise do caso mexicano, que por estar intrinsecamente ligado a isso é fundamental nesta discussão. Este artigo tem como objetivo principal discutir quais foram os acertos e os equívocos da chamada Guerra às Drogas, utilizando o caso do México, por onde passam 95% dos fluxos de narcotráfico que chegam aos Estados Unidos.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Narcotráfico. Guerra às drogas. Soberania do Estado. Democracia

Introdução

A data de 26 de setembro de 2014 representa um símbolo das agruras do México contemporâneo. Nesse dia desapareceram quarenta e três estudantes secundaristas de uma escola rural e de formação de professores, localizada no pequeno povoado de Ayotzinapa, no estado de Guerrero, na costa pacífica do país, epicentro desse episódio extremamente traumático para a história mexicana. De certo modo, toda a complexidade do país se sintetizou, como se fosse uma amostra hiper-realista, no microcosmo de uma escola e de um povoado.

¹ Mestrando em Relações Internacionais. UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Pós-graduação em Relações Internacionais. Rio de Janeiro – RJ – Brasil. 20.550-013 – danillo.braganca@yahoo.com.br.

O evento, algo estarrecedor, explica por si sua amplitude. Quarenta e três estudantes desta escola sumiram, de forma muito mal explicada pelas autoridades do país, após uma reunião na capital do estado, Chinpencilgo, para arrecadar fundos para financiar sua ida até o Distrito Federal, onde eles participariam das comemorações do massacre de Tlateloco, ocorrido em 1968. Ao final, o que restou do fato foram relatos de estudantes que sobreviveram e de algumas pessoas presas, como policiais, autoridades locais e membros do governo de Guerrero, entre outros.

A versão mais difundida é a de que, após um desentendimento com uma gangue local, chamada de *Guerreros Unidos*, as forças policiais estatais abordaram o ônibus que levava os estudantes de volta para casa e, ainda na estrada, abriram fogo sobre ele. Apenas três estudantes mortos tiveram seus corpos encontrados, mas os corpos de quarenta e três destes estudantes, não foram encontrados.

O país inteiro se comoveu. Manifestações grandiosas ocorreram em praça pública, não somente na região como também em outros locais, tendo como ápice um grande movimento no Zócalo, o centro histórico da Cidade do México, onde se localizam os Palácios do Governador e o da Presidência República.

O governador do estado de Guerrero, acusado pelas autoridades federais mexicanas de manter ligações com a *Guerreros Unidos*, renunciou ao cargo e fugiu com sua mulher e filhos. Tanto ele quanto outros políticos são apontados pela mídia mexicana como operadores diretos das atividades da *Guerreros Unidos*, que incluem lavagem de dinheiro, narcotráfico, sequestros, entre outras atividades ilícitas.

Mas, fundamentalmente, o que é importante realçar é a complexidade do ocorrido, pois nele fica evidente a atuação das forças sociais que vêm desestabilizando a segurança e as instituições do Estado mexicano. Neste evento, pode se compreender o quanto, de fato, não somente a segurança do Estado mexicano, mas também de seus cidadãos e de sua soberania estão claramente sendo desafiadas.

Desenvolvimento

A situação pode ficar ainda mais evidente através de uma analogia. Manaut (2014), de forma simples e objetiva, contribui

para explicar a dimensão do problema. Para ele, o Estado e a sociedade civil mexicanos estariam passando por três guerras simultâneas, travadas de forma não coordenada, mas com resultados desastrosos para a maior parte dos envolvidos.

De fato, a chamada Guerra às Drogas, discurso tradicional de prevenção e combate ao consumo, tráfico e toda atividade relacionada ao uso de substâncias psicoativas, que vem pautando toda a estratégia mexicana em relação ao tema desde o início do século XX, não trouxe os efeitos positivos nem se mostrou muito eficiente em seus resultados. Na verdade, os fracassos são mais evidentes do que as metas alcançadas, levando ao recrudescimento dos conflitos, ao fortalecimento dos cartéis e à falência do Estado mexicano.

O tratamento do tema pelo viés tradicional da militarização e do proibicionismo, visto como um problema de segurança nacional, é o motivo fundamental deste fracasso. Os objetivos anunciados – de erradicar a produção de coca, combater os grupos armados, limitar a oferta e reprimir a demanda – produziram efeitos perversos, como procuraremos demonstrar mais adiante. É notável que a abordagem utilizada, em vez de reduzi-lo, aumentou o poderio dos grupos envolvidos, tanto geográfica quanto economicamente, contribuindo para ampliar sua capacidade de desestabilizar a ordem e de promover a morte.

Neste sentido, políticas como o Plano Colômbia e a Iniciativa Mérida, que carregam, dentro de si, uma concepção essencialmente repressiva de combate a esses grupos, não só representam a materialização de um pensamento débil, mas revelam também alguns dos efeitos nefastos que estão sendo explorados aqui. A noção puramente estatal e militarista de combate à droga, que envolve uma quantidade vultosa de recursos humanos, capitais e armamentos, acaba por fortalecer esses grupos que, por sua própria natureza, não possuem uma estrutura centralizada de operações, e, certamente, não são afetados de forma definitiva em suas atividades por essas ações repressivas.

O conceito de guerra aqui evocado está conectado diretamente com os campos da Filosofia e da Teoria Social, sobretudo com os de tradição francesa, com Michel Foucault à frente. Ao inverter o aforismo clausewitziano de que “a guerra não é mais do que a continuação da política por outros meios” (CLAUSEWITZ,

1996), Foucault analisa o tema da guerra a partir da perspectiva do poder, concebendo-o essencialmente como uma relação de forças, que tem por função básica sustentar a dominação social a que as tecnologias de controle servem.

Ao afirmar, invertendo Clausewitz, que a “política é a continuação da guerra por outros meios”, Foucault (2009) nos ajuda a entender que a Guerra às Drogas é somente uma forma de disfarçar uma série de mecanismos de controle social, de formação de moralidade e de segregação social (ROUDINESCO, 2008). Assim, os êxitos e fracassos não estão necessariamente relacionados a prisões, a confisco de bens e apreensão de toneladas de drogas, entre outros. A Guerra às Drogas e seus desdobramentos, as aqui chamadas “Três Guerras”, são somente efeitos de um processo de normalização social, dentro de parâmetros estabelecidos a partir de postulados morais.

Sobre isto, diz Foucault:

Numa sociedade como a nossa, múltiplas relações de poder perpassam, caracterizam, constituem o corpo social; elas não podem dissociar-se, nem se estabelecer, nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação, um funcionamento do discurso verdadeiro. Não há exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcionam nesse poder, a partir e através dele (FOUCAULT, 2009, p. 28).

O que se propõe neste artigo é demonstrar que a violência ora discutida tem como uma de suas causas (talvez a mais importante) a ação atabalhoada do Estado, que, ao tentar retomar parcelas do seu poder, acaba ampliando, através da promoção de interesses laterais e da proposição de objetivos pouco claros, o caráter violento desse fenômeno.

As “Três Guerras”

a) *Estado x cartéis*

As “Três Guerras” são o corolário de uma complexa relação entre a sociedade civil, o Estado e os cartéis de narcotraficantes. Estes três agentes, cada um com sua especificidade, raio de ação e objetivos, são parte do complexo sistema social mexicano,

como explicado na analogia feita inicialmente com o chamado “Massacre de Ayotzinapa”².

A primeira destas guerras é a mais longeva. Envolve os dois lados que disputam a construção da verdade que tenta se impor, no México, há pelo menos cem anos (STEFANONI, 2012). Ela é travada pelo Estado mexicano, enquanto ente permanente, e os cartéis, que, muitas vezes, fazem o papel de poder paralelo, interferindo mais no cotidiano de muitas cidades do que as próprias estruturas legítimas de poder e administração.

Em solo mexicano, o uso e o comércio de drogas psicoativas só passaram a ser tratados como contravenção na década de 1920, ainda que, antes da Revolução de 1910, já houvesse a preocupação com os efeitos advindos de sua utilização. Não havia, contudo, um enquadramento claro sobre o que era considerado crime, já que o consumo dessas substâncias era tido como “perigoso”, mas não como ilegal. O ópio, por exemplo, era largamente utilizado como calmante. Além dele, outras drogas, como a heroína, a cocaína e a *cannabis*, também eram consumidas pelos mexicanos.

O processo revolucionário teria forte impacto no tratamento do tema. O que fica evidente quando se observa a fala de um dos deputados que integrava a comissão que deu origem à nova legislação sobre o consumo de drogas durante o Congresso Constituinte de 1916:

Como la degeneración de la raza mexicana es un hecho demostrado también por los datos estadísticos, extraídos principalmente de los datos de la ciudad de México, y como en iguales condiciones, y con poca diferencia, se presenta también en todas las principales poblaciones de la república, es indispensable que las disposiciones dictadas para corregir esta enfermedad de La raza proveniente principalmente por sustancias medicinales como el opio, la morfina, el éter, la cocaína, la marihuana, etcétera, sean dictadas con tal energía, que contrarresten de una manera efectiva, eficaz, el abuso del comercio de estas sustancias tan nocivas a la salud, que en la actualidad han ocasionado desastres de tal naturaleza, que han multiplicado la mortalidad al grado que ésta sea también de las mayores del mundo (CONGRESO CONSTITUYENTE, 1960, p. 646-647).

² Neste texto, serão considerados somente estes três grupos, ainda que existam outros componentes sociais importantes para se compreender a complexidade desse fenômeno na sociedade mexicana.

O que se nota é que objetivo das primeiras regulamentações a esse respeito foi o de moralizar a sociedade para civilizá-la. Ou seja, suas motivações principais eram a construção da nação e a preocupação com a educação de um povo “incivilizado”, com hábitos antissociais e inadequados (TENORIO TAGLE, 1991). A exacerbação dessa visão, através da implantação de mecanismos de controle e de tecnologias de repressão social e de docilização dos indivíduos, culmina na proibição dos chamados “vícios degenerativos”.

É sabido que a vertente proibicionista foi fortemente estimulada pelos EUA. A pressão norte-americana na Liga das Nações, e depois na Organização das Nações Unidas, pela regulamentação do tráfico e pela moralização do consumo, produziu efeitos intensos no México (DA SILVA, 2013).

Este controle, relaxado nos anos da II Guerra Mundial, quando o aumento da oferta de drogas foi permitido, e até estimulado (DA SILVA, 2013), para atender à demanda dos soldados americanos em combate, gerou uma situação bastante complexa e até contraditória. Se, de um lado, foi criando as condições para o acirramento do proibicionismo, de outro deu sustentação e abriu espaço para o crescimento vertiginoso dos cartéis a partir das décadas de 1950 e 1960. A contracultura e o clima de contestação social e moral deste momento estimularam de forma acentuada a demanda, propiciando assim o crescimento exponencial da oferta. Sobre isso,

há registros, na década de 1940, de críticas abertas dos EUA ao México, no plenário da recém-criada Comissão de Entorpecentes da ONU, pelos resultados, considerados débeis, dos controles de cultivos. Pressões subseqüentes de Washington levaram o México a adotar uma política antidrogas e a envolver o Exército em programas de erradicação manual de cultivos – a chamada Grande Campanha (DA SILVA, 2013, p. 162).

Assim, de forma paulatina, o tradicional discurso proibicionista foi dando lugar a um enfoque muito mais duro, militarizado, baseado na perspectiva de um Estado repressivo e na transformação do tema em questão de segurança nacional. É importante ressaltar que o conceito de segurança que se estabeleceu nessa transição, endossado e reforçado pela convocação de guerra feita por Richard Nixon na década de 1970,

não se modificou até hoje, ainda que a natureza dos cartéis tenha se transformado radicalmente.

Sem dúvida, trata-se de um confronto desigual. Grandes cartéis, como o de Sinaloa, têm tecnologia suficiente para desafiar o Estado, seja o mexicano ou o estadunidense, e o fazem, constantemente, porque mantêm as rotas de produção e abastecimento ao mercado norte-americano em pleno funcionamento. (OSORNO, 2011). Mas, mesmo cartéis menores, fragmentados por conflitos internos ou pela ação do Estado, subsistem, enriquecem, promovem a violência, não se vendo muita eficácia nas tentativas de limitar suas atividades (BARTOLOMÉ, 2009).

O fato é que o discurso militarista obteve relativo sucesso nas décadas de 1970 e 1980. A produção de *cannabis*, heroína e cocaína no México foi reduzida drasticamente (STEFANONI, 2012) e o controle do tráfico obteve relativo êxito. Entretanto, como consequência disso, os mexicanos foram substituídos por outros produtores da América do Sul, como os bolivianos, os peruanos e, principalmente, os colombianos. O fim da década de 1980 e o início da década de 1990 foram marcados profundamente pelo crescimento e fortalecimento destas atividades em escala global, inclusive com o apoio de outras máfias internacionais. Grandes *capos* dos cartéis colombianos, como Pablo Escobar, os irmãos Ochoa Marquez e Gilberto Rodriguez Orejuela, ganharam projeção por seus feitos espetaculares e passaram a ser tratados pela imprensa internacional como os “barões da droga”. Estas figuras, emblemáticas nos primeiros estudos sobre o fracasso real do discurso de Guerra às Drogas, relativizaram o êxito desta primeira guerra.

Não obstante, na década de 1990, com a implementação do chamado Plano Colômbia, estes cartéis sofreram um forte revés, dando origem a cartéis menores, mas mais ativos e menos rastreáveis. A consequência deste processo foi o retorno da produção em larga escala no México. Os cartéis mexicanos, que não haviam sido inteiramente destruídos, com o desmantelamento dos grandes cartéis colombianos, puderam rapidamente ampliar sua participação no negócio, dominando o controle do tráfico de drogas para os EUA. Exatamente por isso, desde o final dos anos 1990 até os dias de hoje, especialmente durante os governos Vicente Fox e Felipe Calderón, o México observou um aumento vertiginoso dos conflitos entre o Estado e os cartéis, o que levou

a uma exacerbação absurda do nível de violência. Com essa radicalização do confronto, a sociedade civil mexicana se viu cada vez mais encurralada, a despeito das inúmeras iniciativas estatais para se tentar reverter esse quadro.

A Iniciativa Mérida, de modo semelhante ao que se pretendia com o Plano Colômbia, também se estruturou com objetivos muito claros, reforçando o discurso proibicionista e repressivo tradicional (RODRIGUES, 2012). O fortalecimento do controle na fronteira, inclusive com apoio aéreo e marítimo, com o intuito de limitar o fluxo, tem provocado mudanças logísticas nas ações dos cartéis, que passam a usar outros métodos para agir. A Iniciativa Mérida, como diz Manaut (2014), teve como efeito o reaparelhamento do Estado mexicano em relação ao tema, com investimento na melhoria dos sistemas de polícia, na justiça penal e nas instituições estatais, sempre com o objetivo de combater e eliminar os cartéis.

Entre os seus êxitos, Manaut (2014) destaca, por exemplo, a redução do consumo de cocaína nos Estados Unidos. Este é um aspecto visto por muitos analistas como de grande importância, já que, pela primeira vez, teria se reduzido de modo significativo esse mercado. O problema é que essa supressão acabaria gerando efeitos perversos, pois a redução do consumo de cocaína estaria relacionada com o aumento expressivo do uso de metanfetamina nos Estados Unidos (FREEMAN, 2008).

Outro êxito relacionado a esta primeira guerra seria a diminuição do poderio dos grandes cartéis, tanto no caso colombiano, na década de 1990, quanto no momento atual, quando os grandes chefes dos cartéis mexicanos vêm sendo sistematicamente presos. Esta é uma bandeira que perpassou os governos de Vicente Fox e Felipe Calderón, e prosseguiu na atual gestão mexicana, sob o comando do presidente Peña Nieto. As prisões são muitas vezes apresentadas como grandes vitórias políticas, e acabam por reforçar o discurso militarista tradicional.

Entretanto, em termos objetivos, tais prisões não representam uma efetiva diminuição das atividades econômicas e logísticas dos grandes cartéis. Na verdade, muitas vezes, acabam tendo como consequência a ampliação dos conflitos internos, com a reconfiguração econômica e espacial das rotas, que passam, na maioria das vezes, para as mãos de outros cartéis.

Há que se destacar o fato de que está ocorrendo uma mudança gradual nas proposições e no modo de conceber o

problema por parte da U.S. National Drug Control Strategy, ainda que esta seja uma mudança muito tímida. Em seu último informe anual:

La Estrategia también detalla pasos para apoyar una política que es “inteligente contra el crimen”, una política contra drogas que protege a nuestras comunidades nacionales e internacionales contra el crimen relacionado con las drogas, mientras que dirige a los delincuentes con infracciones asociados al uso drogas no violentos al tratamiento en lugar de la cárcel. Como parte de este enfoque, la estrategia destaca reformas a la ley penal que tienen potencial, incluyendo a los tribunales de drogas y programas de libertad condicional que reducen las tasas de encarcelamiento, junto a programas policiales al nivel comunitario que ayudan a poner fin el ciclo de consumo de drogas, la delincuencia y el encarcelamiento mientras concentran sus recursos limitados en el control de delitos más graves. (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2013)

Sobre isso, complementa Reuter (2008, p.17):

El futuro de la política de drogas estadounidense será probablemente muy similar a lo que ha sido en el pasado reciente. A pesar, incluso, de que la amplitud de la dependencia a las drogas y los males asociados podrán continuar disminuyendo, existen pocas presiones efectivas para lograr que se avance en la disminución de las medidas de represión adoptadas durante las últimas dos décadas. Es posible que el tratamiento de drogas pueda recibir un mayor apoyo que en el pasado, pero eso, por sí sólo, sólo significará un cambio moderado. Es extremadamente difícil que ocurran cambios a nivel legislativo.

b) *Cartéis x cartéis*

Neste nível, o combate tradicional é peça-chave já que, indiretamente, constrói o cenário para que esta guerra se desenvolva. A oferta para o maior mercado consumidor do planeta é extremamente disputada, mas, muitas vezes, o próprio Estado acaba desestabilizando a já frágil relação de equilíbrio entre os cartéis, amplificando ainda mais a violência. Como é notório, os diversos cartéis disputam, permanentemente, entre si o controle dos pontos estratégicos do comércio. Com isso,

idades, povoados e aldeias indígenas vêm sendo arrasadas com a imposição de padrões de comportamento muito violentos, que submetem a população, confiscando bens, impondo silêncio, toque de recolher, entre outras formas de coerção. Muitas destas cidades, como Nuevo Laredo e Juarez, são fronteiriças com os EUA, o que faz com que os conflitos se agudizem ainda mais em virtude da política de proteção das fronteiras norte-americanas.

O que se observa como consequência da “guerra às drogas”, portanto, não é a diminuição, mas sim a multiplicação dos cartéis por todo o México. Quer dizer, cartéis como *La Familia Michoacana*, *Knights Templars*, e outros, surgiram do desmantelamento de grupos menores, revelando uma característica do narcotráfico: se mostrar extremamente criativo quando se trata de burlar a repressão. Outro problema é o controle praticamente total que os cartéis mexicanos possuem sobre grupos criminosos de países como Honduras, El Salvador, Cuba, entre outros, o que lhes permite estender suas operações e, evidentemente, seu poderio para muito além das fronteiras do país.

Ou seja, a questão é complexa e multifacetada e há que se evitar alguns equívocos frequentes nas tentativas de resolvê-la. O maior deles diz respeito às visões unicasais acerca do narcotráfico, já que elas, além de se revelarem dispendiosas, mostram-se ineficientes para o enfrentamento definitivo do problema. Por exemplo, pensar a situação essencialmente como consequência do aumento da oferta é ignorar que a demanda determina o preço e a quantidade a ser produzida. É muito comum ver, não somente no México, mas em outros lugares, a queima proposital de campos de papoula, com o objetivo de reduzir a oferta e ajustar o preço. Nesse sentido, olhar para o problema somente pela dimensão nacional acaba por obscurecer a compreensão dos múltiplos fluxos transnacionais de bens, drogas, armas, capitais e pessoas, envolvidos nesse mercado, dificultando assim drasticamente o seu controle.

Constata-se, pois, que os grupos internacionais de narcotráfico mexicanos, por sua estrutura de organização, por sua forma de atuação e pelos expressivos resultados que obtêm, desafiam e contestam a condição mesma do Estado Nacional mexicano, enquanto detentor do monopólio da violência legítima. De fato, há, realmente, uma estratégia clara, explicitada por estes grupos e consubstanciada em suas ações, que revela sua propensão de ocupar setores do Estado para que sejam garantidas suas

operações. O que se traduz num conjunto de ações que passa pela corrupção policial, pela eleição de membros desses grupos para cargos públicos, pela ocupação de prefeituras, pelo sequestro de governantes, pelo assassinato de agentes públicos, entre outras coisas.

c) *Cartéis x população civil organizada*

A terceira das “Três Guerras” é travada numa dimensão relativamente nova, comum a outros países, como o Brasil, e é resultado dos conflitos desencadeados pelas outras duas. Em realidade, cria-se uma cadeia que se une aos conflitos deflagrados entre o Estado e os cartéis e entre os próprios cartéis. A população civil, encurralada entre dois lados de uma guerra que lhe desfavorece, se organiza, se arma, se protege.

Este último plano em que a guerra se expande é marcado pela formação das chamadas *autodefensas*, criadas pela população civil das cidades como reação aos altos níveis de homicídios praticados pelos cartéis. Sinteticamente, em lugares onde o Estado de direito não se faz presente, os cartéis foram ocupando o seu lugar, passando a exercer de fato um poder tirânico. Como consequência, a população, antes ou depois de uma ocupação, se organizava ao redor de uma liderança armada, que podia ser comunal ou individual, para se defender.

Estas formações civis são bem comuns no México, e há uma relação bastante próxima destes grupos com a questão da terra no país. Escalante (2009) aponta que a formação destes grupos, paradoxalmente, foi favorecida pelo processo de reforma agrária promovido pelo governo mexicano, já nos anos de 1930. Desde aquele momento houve uma indução para que se ocupasse o território, de forma a não se deixar espaços vazios a serem preenchidos. A terra era repartida por intermédio do partido oficial (o PRI), bloqueando-se assim o desenvolvimento econômico e social dos novos núcleos rurais, que já se constituíam com graves problemas estruturais, como a corrupção, o autoritarismo e o favorecimento ilícito. A política, neste âmbito, era feita pelas instituições comunais criadas pelo partido e se exercitava através das assembleias rurais.

Escalante (2009) descreve esta cultura local como uma *debilidad calculada* por parte do Estado, que criou uma ampla rede de intermediários, procurando dividir para governar estes

locais. A intermediação do Estado permitia, algumas vezes, a subversão das leis para grupos próximos ao partido dominante, mas mesmo isto não tirou o êxito da experiência, que durante muito tempo enfrentou baixos índices de violência, algo que só veio a mudar na virada do século XX.

O aumento dos níveis de violência a condições alarmantes, acelerado pelo endurecimento das duas outras guerras, promoveu uma profunda mudança nas relações locais, atingindo, inclusive, a questão indígena, sempre muito delicada e presente no cotidiano, sobretudo nas pequenas cidades, muitas ainda culturalmente ligadas ao passado grandioso das civilizações pré-espanholas, como os mexicas, os aztecas, os zapotecas, os otomecas, entre outros. A opressão colonizadora, que no México foi particularmente violenta, permanece atual e visível, seja pelas gritantes desigualdades, seja pelo alto nível de miséria em que ainda vive parcela expressiva da população do país. A luta social no México contém, portanto, uma dimensão étnica que torna ainda mais complexo e singular o processo que se está analisando. Isto para não falar na questão zapatista, no sul do país, que, além de expressar esse quadro de pobreza, de disputa por território e de afirmação cultural e étnica, traz à tona também a influência do pensamento de esquerda na afirmação da necessidade de se autodefender.

Seja como for, é indubitável que a autodefesa tornou-se um “ator” a mais a ser considerado na escalada de conflito que acomete a sociedade mexicana.

Una oleada ascendente de grupos de autodefensa y policías indígenas surgió en México desde hace seis meses. Comunidades de 22 municipios nahuas, purépechas, chatinos, zapotecas, mazahuas y otomíes tomaron las armas para realizar funciones de seguridad y en algunos casos de impartición de la justicia. Hay casos, como el de Nopala, Oaxaca, donde su líder tiene un pasado como porro en la Universidad Autónoma Benito Juárez (UABJ), cercano al ex gobernador Ulises Ruiz Ortiz. Desde septiembre de 2012 etnias empobrecidas de Michoacán, Guerrero, Jalisco, Estado de México, Quintana Roo, Sonora, Oaxaca, Morelos y Veracruz recurrieron a sus escopetas de caza, rifles viejos, machetes, palos, y en ocasiones armas de grueso calibre para hacer valer sus derechos. Esta es la expresión extrema por la defensa de sus territorios y comunidades, contra el crimen organizado, caciques locales y megaproyectos (CASTELLANOS, 2013).

Contudo, estas autodefesas, apoiadas e financiadas pela própria população – movida por um sentimento legítimo de preservação própria, segurança e retomada de territórios perdidos –, acabaram por se transformar em pequenos cartéis³. Ao lograr expulsar os cartéis maiores, muitas vezes, as autodefesas os substituem, realizando várias das funções exercidas por eles naquela localidade. O que tem gerado situações bastante contraditórias, pois historicamente a regulamentação da atuação destes grupos comunitários foi fundamental para lhes garantir a legitimidade necessária para o tratamento da questão indígena e da questão da terra, só que sua própria ação os aproximou das atividades que eles se propunham combater, colocando-os diante de um negócio que produz, incessantemente, fluxos muito lucrativos (DÍAZ, 2014), com o qual acabam se envolvendo, ainda que esta não fosse sua intenção original.

Conclusão

A analogia com o massacre de Ayotzinapa, ainda em convulsão, é fundamental para se entender o processo político e a mudança social em que está imerso o México hoje. A multiplicidade e complexidade dos atores sociais e das demandas envolvidas, a presença do narcotráfico e a existência de uma democracia ainda frágil lembram muito outros casos, como o brasileiro. Várias lições podem ser tiradas desta experiência, que expõe as vulnerabilidades do Estado mexicano, tido como ineficaz no controle dos cartéis e das autodefesas, sistematicamente, contrariado em sua soberania e legitimidade.

A ainda incipiente participação democrática, na qual a sociedade civil mexicana não atua ativamente na formulação da política de segurança em relação ao narcotráfico, parece estar sofrendo um processo de transformação. A comoção provocada pelos assassinatos levou a população às ruas, mobilizando o apoio da mídia internacional e de movimentos sociais de toda a América Latina.

Ao lançar a responsabilidade sobre o Estado, a sociedade civil organizada intenta retomar o controle da situação, procurando participar decisivamente da escolha das estratégias a serem seguidas. A presença de um poder *de facto*, que compete com (e, em algumas ocasiões, se apossa dele) o próprio Estado –

³ Disponível em: <http://www.insightcrime.org/investigations/mexico-michoacan-vigilantes>

bastante sentida no México, mas também no Brasil, e em outros lugares onde a desigualdade é brutal –, por chegar a um nível absurdo, incomoda e estimula a movimentação social, forçando a sociedade civil mexicana a ter um posicionamento diferente e antagônico ao autoritarismo, ao militarismo e ao proibicionismo tradicionais. Sem dúvida, este é um processo extremamente doloroso e ainda incipiente, mas fundamental para o avanço da democracia no país.

BRAGANÇA, D. A. "The Three Wars": achievements and failures of the war on drugs and the mexican case. *Perspectivas*, São Paulo, v.45, p.139-153, jan/jun. 2015.

■ **Abstract:** *The War on Drugs, a term coined in the 1970s to describe the US effort to fight the use and sale of narcotics, complete forty years. During this time, the configuration that was in that context has changed. To understand the failures and the achievements of this effort it was chose the analysis of the Mexican case, intrinsically linked to the War on drugs, and because of that, is crucial in this discussion. This article aims to discuss what were the successes and the mistakes in the so-called War on Drugs, using the case of Mexico, through which 95% of drug flows coming to the United States.*

■ **Keywords:** *Narcotrafficking. War on drugs. State sovereignty. Democracy*

Referências

BARTOLOMÉ, M. Situación del crimen organizado en América Latina. *Ágora Internacional*, v. 10, p. 16-20, 2009.

CASTELLANOS, L. *Autodefensa la expresión extrema; los frutos torcidos de la inseguridad*, 2013. Disponível em: <http://biblioteca.colson.edu.mx:8082/repositorio-digital/jspui/handle/2012/22987>. Acesso em 20/08/2014.

CLAUSEWITZ, C. *Da guerra*. Tradução: Maria Teresa Ramos, São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CONGRESO CONSTITUYENTE. *Diario de los debates del Congreso Constituyente 1916-1917*. México: *Ediciones de la Comisión Nacional para la celebración del sesquicentenario de la*

proclamación de la independencia nacional y del cincuentenario de la Revolución Mexicana, 1960.

DA SILVA, L. L. *A questão das drogas nas Relações Internacionais*. Brasília: Ed. Funag, 2013.

DÍAZ, A. F. Autodefensa y justicia en los márgenes del Estado. *Clivajes 2*, México, 2014.

ESCALANTE, F. ¿Puede México ser Colombia? *Nueva sociedad*, México D.F, v. 220, p. 84-96, 2009.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. *Estrategia EEUU para la política de drogas del 2013*. Washington, 2013. Disponible em: <https://www.whitehouse.gov/sites/default/files/ondcp/policy-and-research/ndcs_2013.pdf>

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. Rio de Janeiro: Ed. Martins Fontes, 2009.

FREEMAN, L. Déjà vu. La política antidrogas en la relación México-Estados Unidos. *Foreign Affairs en Español*, ITAM, México, v. 8, n. 3, pp. 15-23, 2008.

MANAUT, R. B. *La guerra al narcotráfico en América Latina: victoria militar, fracaso social y político*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2014.

OSORNO, D. E. *El Cartel de Sinaloa: una historia del uso político del narco*. DF: Debolsillo, 2011.

REUTER, P. Evaluando la política de drogas de los Estados Unidos. *Texto de apoyo para la Primera Reunión de la Comisión Latinoamericana sobre Drogas y Democracia*. Rio de Janeiro, 2008.

RODRIGUES, T. *Narcotráfico*. Rio de Janeiro: Ed. Desatino, 2012.

ROUDINESCO, E. *A parte obscura de nós mesmos*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2008.

STEFANONI, S. Home grown: marijuana and the origins of Mexico's war on drugs. *Estudios de historia moderna y contemporánea de México*, n. 47, p. 224-231, 2012.

TENORIO TAGLE, F. *El control social de las drogas en México*. México DF: INACIPE, 1991.

